

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de São Paulo*

Class.: 989

Data: 12.05.78

Pg.: _____

Terça, o prazo final para posseiros deixarem Nonoai

LUIS PADOVANI
Enviado Especial

NONOAI— Carregando o que podem, como podem, centenas de posseiros estão deixando a reserva indígena de Nonoai, situada a 400 quilômetros ao norte de Porto Alegre, depois que os índios kaingangs se rebelaram contra a invasão de suas terras, que durante vários anos foi mesmo incentivada pela Funai, através de contratos de arrendamento com os colonos brancos. Hoje, se contavam aproximadamente 5 mil posseiros na reserva encravada nos municípios de Planalto e Nonoai, que têm prazo concedido pelos índios até terça-feira para sair dali.

A revolta começou na semana passada, quando seis escolas para filhos de colonos foram consumidas pelo fogo em uma só noite, e em seguida os índios passaram a sitiar as casas dos posseiros, concedendo prazo de 24 horas para abandoná-las. Na próxima terça-feira, expira o tempo máximo dado pelos índios para que toda a reserva seja desocupada.

Por enquanto, houve apenas um choque entre brancos e índios, que resultou em ferimentos em dois colonos e em um kaingang, este gravemente atingido. Apesar do reforço policial na área, efetuado por 200 homens da Brigada Militar, a população da região ainda teme pelo pior, pois alguns colonos que permanecem na reserva pretendem reagir à expulsão.

A reserva de Nonoai, com 15 mil hectares, está encravada em dois municípios, o que leva o nome da reserva e o de Planalto, que juntos perfazem uma área de 140 mil hectares.

Ela, que já teve o dobro do seu tamanho atual (foi reduzida por volta de 1940), pertence aos índios kaingangs e guaranis, atualmente reduzidos a mil homens aproximadamente (apenas 50 guaranis). Há muito tempo a reserva tem sido invadida por posseiros, com o consentimento expresso da Funai — Fundação Nacional do Índio, — que formaliza inclusive o arrendamento. Alguns colonos que abandonaram a reserva disseram que estavam ali há mais de 20 anos, porém a maioria se estabeleceu nos últimos 14 anos. Muitos mostraram contratos de arrendamento firmados com a Funai, todos datados de 1969 em diante, quando começou na realidade a haver a invasão em massa.

Hoje eles chegavam, segundo estimativas da Prefeitura de Nonoai, a mil famílias que viviam dentro da reserva, cultivando 70% da terra arável.

REVOLTA

Na noite de quarta para quinta-feira da semana passada, teve início a rebelião dos kaingangs. Seis escolas para filhos de brancos situadas dentro da reserva foram queimadas, simultaneamente, enquanto em outras duas o incêndio era debelado.

Mas o fim da semana foi calmo, ao contrário do que se esperava. Somente na segunda-feira os indígenas resolveram iniciar o processo de expulsão dos invasores da reserva. Armados com arcos e flechas, tacapes — segundo eles mesmos — e com armas de fogo — segundo os posseiros — passaram a sitiar as casas, uma a uma, intimando a que o invasor abandonasse o local dentro de 24 horas. Mais tarde, o tempo para que os posseiros deixem a reserva foi estendido para terça-feira.

O único incidente com vítimas ocorreu no início da semana, quando vizinhos de um posseiro, que naquele momento estava sendo expulso, resolveram intervir. Da luta que se travou, dois brancos foram feridos sem gravidade e um kaingang teve que ser levado às pressas para o hospital de Passo Fundo, cidade distante 130 quilômetros dali e dotada de maiores recursos.

PERSPECTIVAS PREOCUPANTES

Apesar dos 200 homens da Brigada Militar que foram enviados a Nonoai e Planalto, e da expectativa da chegada de um contingente do III Exército, além da presença na região do delegado da Funai, José Carlos Alves, as perspectivas são de que conflitos mais sérios sejam desencadeados.

É que, ao lado de uma crescente irritação do índio em relação ao homem branco, que utilizou e desmatou suas terras durante longo tempo sem que nada fosse feito para impedir, existem posseiros que não estão dispostos a abandonar o local.

O colono Ireno Vani, por exemplo, que cultivava seis alqueires de terra na reserva desde 1964, mostrou um contrato celebrado com a Funai em 1969 e as prorrogações do mesmo até 1975, além de recibos de pagamento pela área arrendada.

“Eu não invadi, nem comprei, mas a Funai foi deixando eu ficar aqui depois que terminou o contrato. E não saio enquanto não colher o milho que plantei” — afirmou.

O prefeito de Nonoai, Gervásio Magri, foi ontem a Porto Alegre, acompanhado do juiz de Direito da cidade, para uma entrevista com o governador Sinval Guazelli, no sentido de requisitar mais segurança para a população e uma solução para a situação dos posseiros que estão saindo da reserva.

O delegado regional da Funai, José Carlos Alves, informa por outro lado que os invasores devem sair das terras dos índios dentro dos próximos dias, uma atitude que até agora nunca foi presenciada pelos kaingangs.

IRRITAÇÃO

A irritação dos índios pode ser bem percebida quando se tentou um contato na aldeia que cerca o posto da Funai, na ausência do chefe e do cacique Nelson Jacinto, que haviam saído “para local ignorado” em companhia do delegado do órgão, que havia proibido qualquer aproximação de repórteres sem ordens escritas da sede em Brasília. Esta foi a primeira informação que o “coronel”, o kaingang que tem posição imediatamente inferior à do cacique, prestou, de semblante fechado e recusando cumprimento de mão.

Em seguida, cada vez demonstrando maior impaciência pela presença de brancos “exploradores” em sua frente, foi soltando com raias frases que indicaram claramente a que ponto levou o desprezo que a população branca devota aos indígenas.

“Já se foi o tempo em que nossa gente era explorada, agora o índio é dono de seu nariz” — ressaltou o “coronel”.

Pouco adiantou explicar que a situação do índio era conhecida e que os brancos que estavam ali vinham apenas no intuito de divulgá-la mais, para que os crimes que praticavam contra o seu povo fossem esclarecidos. A irritação, aumentou a ponto do “coronel” afirmar: “Olha, é bom que vocês vão embora, enquanto podem”.